

## Plenário vota pré-escola gratuita e projetos contra exploração sexual

A rede pública pode ser obrigada a proporcionar, em creches e pré-escolas, atendimento gratuito a crianças de zero a seis anos, conforme proposta na pauta do Senado, que prevê também a votação de projetos da CPI da Exploração Sexual

Página 3



RIGOR Senadores examinam pena de reclusão de dois a seis anos para os responsáveis por pornografia envolvendo crianças e adolescentes



### Senado reconhece a força do campo na economia

O Senado instala hoje, às 11h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O ato marca o reconhecimento da importância do agronegócio, responsável por 33% do produto interno bruto (PIB), e a busca de solução para os problemas fundiários do país. Proposta pelo senador Pedro Simon, a nova comissão terá 17 membros titulares e igual número de suplentes. "Vamos localizar os gargalos que impedem o crescimento e a expansão dessa atividade no Brasil", promete o senador Sérgio Guerra, indicado por seu partido, o PSDB, para presidir a nova comissão.

Página 5

### Partidos devem ser ouvidos sobre reforma ministerial

Depois de voltar de viagem ao Uruguai, nesta quinta-feira, o presidente Lula pretende conversar com os partidos aliados e agilizar a reforma ministerial. A informação foi transmitida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que, juntamente com o senador José Sarney, esteve com o chefe do Executivo.

Página 7



DIÁLOGO Na conversa com Renan e Sarney, o presidente Lula prometeu ajudar na reforma política

## Comissão colhe depoimentos de envolvidos na morte da freira

Página 4



**DESCASO** Região não tem sido contemplada com investimentos prioritários, reclama Papaléo

## Papaléo pede solução para saneamento básico no Norte

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) fez apelo às autoridades visando a uma rápida solução para o problema do saneamento básico no Amapá e em toda a região Norte. Ele disse que mais de 90% das cidades não dispõem de coleta de dejetos e somente 2,4% das casas possuem esgoto na região.

– Trata-se de situação grave, de todos os pontos de vista: da saúde pública, da cidadania e do respeito à Constituição.

Papaléo Paes frisou que é obrigação do poder público fornecer água limpa a todos os cidadãos, principalmente aos mais pobres. Porém, observou, os brasileiros do Norte não têm sido contemplados com investimentos prioritários, que historicamente se concentram nas regiões mais ricas.

– Não podemos admitir que existam brasileiros de primeira, segunda e terceira classes; não podemos admitir nossas ruas com esgoto a céu aberto, servindo de criadouro para doenças.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Tião Viana (PT-AC) se solidarizaram com o parlamentar.

# Agenda

## MP sobre diamantes pode chegar hoje ao Plenário

O Plenário realiza sessão deliberativa às 14h30. Pode chegar à Casa a medida provisória (MP 225/04) que autoriza a Caixa Econômica Federal a comprar os diamantes brutos já extraídos pelos índios cintas-largas nas áreas indígenas Roosevelt, Serra Morena, Aripuanã e Parque Indígena Aripuanã. Se não for apreciada no prazo de 45 dias de sua edição, a MP passará a trancar a pauta de votações.



## Renan conversa com ministro Gilberto Gil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe, às 10h, o ministro da Cultura, Gilberto Gil (foto). Às 10h30, Renan participa de reunião de líderes; às 11h30, comparece à instalação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Às 17h30, o presidente recebe o prefeito de Inhapi (AL), José Crente; às 18h, estará com o ministro do Tribunal de Contas da União Homero Santos; às 19h, tem audiência com o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães; e, às 19h30, recebe o deputado boliviano André Guzmam.

## Assuntos Econômicos aprecia dedução de imposto

A comissão reúne-se a partir das 10h. Entre os 15 itens da pauta, está o projeto que permite a dedução integral das despesas de educação na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física

(PLS 81/02). A matéria já foi analisada pela Comissão de Educação (CE). Além disso, os senadores podem votar proposta que trata do alongamento das dívidas do crédito rural (PLS 517/03).



## Instalação da Comissão de Agricultura

A reunião de instalação do colegiado criado na última semana está prevista para as 11h. A comissão deve ter o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) como

presidente e Flávio Arns (PT-PR) como vice. Após a ordem do dia, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo promove reunião administrativa.

## Educação na empresa em pauta

A Comissão de Educação reúne-se às 11h. Na pauta, projeto (PLS 174/03) que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace), além de proposição

determinando que as anuidades das faculdades e universidades particulares sejam proporcionais ao número de disciplinas que o aluno cursar (PLS 232/04).



## Infra-estrutura urbana

A Comissão de Infra-Estrutura discute sete itens, em reunião marcada para as 14h30. Entre eles, projeto determinando que as vias urbanas só podem ser pavimentadas depois que seja implantada no local toda a infra-estrutura básica, como rede elétrica e de saneamento (PLS 264/04).

## CFC analisa requerimentos

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que a partir deste ano passa a opinar sobre questões relativas ao meio ambiente e à defesa do consumidor, promove reunião administrativa hoje, às 11h30. O colegiado analisa projetos e requerimentos de audiências públicas.

**Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**JUSTIFICAÇÃO** Órgão cuidaria da segurança e do desenvolvimento sustentável da região, diz Raupp

## Raupp propõe a criação do Ministério da Amazônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comunicou ontem ao Plenário a aprovação, no 1º Fórum do Parlamento Amazônico, realizado em Manaus, no último fim de semana, de proposta de sua autoria para a criação do Ministério da Amazônia, a ser encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministério, observou o senador, cuidaria da segurança, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável da região.

Raupp frisou que a Amazônia representa 60% do território nacional, acrescentando que, caso a degradação ambiental continue, as gerações futuras vão sofrer as conseqüências.

### Repúdio

Os participantes do fórum aprovaram, ainda, moção de autoria do senador para voto de repúdio a Pascal Lamy, ex-comissário de Comércio da União Européia, por pretender fazer da Amazônia um bem público mundial. Raupp cobrou uma atitude do governo brasileiro, ressaltando que a proposta significa a internacionalização da região.

O evento, organizado pelo Parlamento Amazônico, teve dois dias de debates de temas de relevância para o desenvolvimento sustentável da região, informou o senador. Participaram do fórum 86 parlamentares de dez estados, além de governadores e prefeitos.

Em aparte, o senador Almeida Lima (PSDB-SE) afirmou que a Amazônia precisa ser ocupada. Já o senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse que proporia na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual é presidente, um seminário para aprofundar o debate a respeito da ameaça que pesa sobre a região.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Projetos em exame mexem no bolso dos contribuintes

Três projetos de lei considerados relevantes e que mexem no bolso do contribuinte serão analisados hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). São eles: o que permite a dedução integral das despesas com educação no cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física; o que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados aos portadores de deficiência visual; e o que trata da repactuação e alongamento das dívidas de crédito rural.

O PLS 81/02, que permite a dedução integral no IR com mensalidades escolares, é de autoria do então senador Carlos Wilson. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Educação (CE), onde recebeu emenda fixando a dedução em R\$ 1.998, apesar de o relator, Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), defender a dedução integral.



**ESTÍMULO** Roberto Saturnino é autor de projeto que beneficia deficientes visuais

Já o PLS 206/02, que beneficia os deficientes visuais, é de Roberto Saturnino (PT-RJ). O relator, César Borges (PFL-BA), apresentou emenda estendendo a isenção fiscal aos deficientes auditivos.

César Borges é o autor do PLS 517/03, que alonga dívidas de crédito rural para mutuários que tenham ficado inadimplentes até 3 de julho de 2003, bem como para os adimplentes. O relator, Jonas Pinheiro (PFL-MT), considera necessária a aprovação da matéria.

Consta ainda da pauta da CAE, presidida por Luiz Otávio (PMDB-PA), projeto de Jefferson Péres (PDT-AM), que leva o número 103/99, permitindo a dedução de até 25% no IR para as empresas que possuem, no mínimo, 30% de seus empregados com mais de 40 anos.

exatamente os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso e da gestão do professor Paulo Renato Souza no Ministério da Educação. Esse salto mostra que o Brasil marchou de forma consistente e articulada para melhorar o acesso de crianças a escola, sobretudo para as mais carentes – disse.

Citando o educador Anísio Teixeira, Marco Maciel observou que a educação é a base da democracia e que o acesso à escola é fundamental para que haja igualdade de oportunidades entre os brasileiros.

O senador também comemorou os dados relativos à pré-escola, que atende crianças entre 4 e 6 anos, informando que o índice de escolarização nessa faixa chegou a 68,4%. Os dados são mais animadores, salientou, no Nordeste, que registrou o índice de escolarização de 72,7%. Marco Maciel exortou o governo Lula a dar continuidade à política de inclusão educacional.

Ele também analisou as consequências do fenômeno *tsunami* na Ásia, dizendo que o episódio deve servir de lição aos países no que diz respeito à prevenção de tragédias e aos cuidados com o meio ambiente.

# Ensino infantil pode ser obrigatório e gratuito

■ Plenário analisa projeto de Heloísa Helena que visa beneficiar 12 milhões de crianças de até seis anos de idade

Os 12 milhões de crianças brasileiras de zero a seis anos poderão ter acolhimento obrigatório, público e gratuito em creches e pré-escolas. É o que determina a Proposta de Emenda à Constituição 40/00, de autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), cuja votação em primeiro turno no Plenário está prevista para amanhã, a partir das 14h30.

A Constituição já estabelece como dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola aos meninos e meninas dessa faixa etária. O texto a ser votado estipula que toda demanda pela educação infantil terá “acolhimento obrigatório”.

Na justificativa de sua proposta, que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a senadora observa que a construção das capacidades afetivas, éticas, cognitivas, físicas e sociais das crianças não



**RIGOR** CPI da Exploração Sexual propõe medidas duras para evitar pornografia

pode ser assumida pelo Estado apenas depois que os meninos e meninas completam sete anos de idade.

### Exploração sexual

Na sessão de hoje, às 14h30, o Plenário deverá analisar três projetos de lei de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual – os PLS 253, 254 e 255 de 2004.

Entre as medidas previstas nessas propostas estão o estabelecimento de pena de reclusão de dois a seis anos para os responsáveis por pornografia envolvendo crianças e adolescentes e multa de 10 a 50 salários de referência, além



**MUDANÇA** Heloísa sugere que Estado assumia cuidados com as crianças em creches e pré-escolas

da possibilidade de fechamento do estabelecimento, para hotéis, motéis ou pensões que hospedarem menores desacompanhados dos pais ou responsáveis ou sem autorização destes.

## Regras para anuidade no ensino superior

A Comissão de Educação do Senado, presidida pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), reúne-se hoje, às 11h, para votar sete projetos de lei, uma petição e um requerimento de audiência pública com o ministro da Educação, Tarso Genro, e o presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Isac Jorge Filho, sobre validação automática de diplomas de estudantes brasileiros formados em Cuba.

A reunião da comissão, que se realiza na Ala Alexandre Costa, sala 15, inclui ainda o exame de 239 projetos de decreto legislativo de concessão ou renovação de serviço de radiodifusão de sons, ou imagens, em cidades de todo o Brasil.

Entre os projetos de lei a serem examinados está o 232/04, do então senador Duciomar Costa, estipulando que, no ensino superior, a anuidade escolar deve ser proporcional

ao número de disciplinas que o estudante cursar no período.

Em seu parecer favorável, o senador José Jorge (PFL-PE) alega que mais de 2,5 milhões de alunos estão matriculados nas instituições particulares de ensino superior. Segundo ele, considerável parte desse contingente é formada por estudantes de baixa renda que enfrentam dificuldades para pagar seus encargos educacionais.

José Jorge argumenta que, por múltiplos motivos, muitos desses alunos se matriculam e cursam apenas parte das disciplinas que lhes são sugeridas pelas escolas a cada período letivo. Portanto, nada mais justo do que adequar o pagamento devido às disciplinas efetivamente cursadas, explica.

### Cotas

A pauta inclui, ainda, o Projeto de Lei 298/04, de Aloizio Mercadante (PT-SP), estenden-



**ADEQUAÇÃO** José Jorge lembra que muitos alunos cursam apenas parte das disciplinas oferecidas

do benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes, bem como o Projeto 453/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), criando cotas para acesso aos cursos de graduação no ensino superior público, fixadas em 80% do número de alunos que terminaram o ensino médio em escolas públicas. O relator, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), apresentou substitutivo adotando a cota de 50% para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.



**OPORTUNIDADE** Marco Maciel ressalta que a educação é a base da democracia

## Maciel elogia resultados educacionais do governo FHC

O avanço dos índices de escolarização no Brasil foi abordado por Marco Maciel (PFL-PE), com base nos dados educacionais constantes da Síntese de Indicadores Sociais 2004, divulgada na semana passada pelo IBGE. Os resultados, comemorados pelo senador, indicam avanço considerável no índice de escolarização de crianças entre 7 e 14 anos, que passou de 88,6% em 1993 para 96,9% em 2002.

– Este período compreende

# Demostenes cobra medidas contra grileiros

■ Comissão de senadores ouve no Pará depoimentos de envolvidos na morte de Dorothy Stang

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) manifestou-se estarelecido com a liberdade alcançada pelos grileiros de terra em algumas regiões do Pará e acredita que o poder público precisa tomar medidas imediatas para resolver o problema. Integrante da comissão externa do Senado Federal que se encontra no Pará colhendo depoimentos de pessoas envolvidas direta e indiretamente no assassinato, Demostenes ficou impressionado com o depoimento do presidente da Associação dos Produtores Rurais da Terra do Meio, Laudi José Witeck, que deu detalhes de como a grilagem se organiza



Célio Azeredo

**SURPRESA** Demostenes ficou impressionado com relato de como a grilagem se organiza na região

na região para ganhar dinheiro com terras públicas.

– As terras estão abandonadas, à mercê de quem aparece, e isso é um verdadeiro absurdo que não pode mais continuar – advertiu o senador.

A primeira parada da comissão externa, presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), foi em Altamira, na sede



Roosevelt Pinheiro

**DECEPÇÃO** Ana Júlia está convencida de que a Polícia Civil não tentou impedir morte da missionária

de Superintendência Regional do Xingu da Polícia Civil, onde está preso Rayfran das Neves Sales, que reafirmou ser o autor da morte de Dorothy Stang. Admitiu que recebeu o revólver do crime, calibre 38, das mãos de Amair Feijoli Cunha, o Tato, para quem trabalhava desde o início do ano. Ele, mais outro pistoleiro contratado, Clodo-

aldo Carlos Batista, o Eduardo, segundo o depoente, receberiam R\$ 50 mil pelo crime.

Após o crime, os pistoleiros, segundo o depoente, teriam fugido para a fazenda de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, que também seria um dos mandantes. Ouvido pela comissão, ainda em Altamira, Tato negou envolvimento no episódio.

## Anapu

De Altamira, os membros da comissão foram para Anapu, onde ouviram depoimentos do prefeito Luís Carvalho, de Leivino Ribeiro de Souza, presidente do Sindicato dos Madeiros, do coordenador da Pastoral da Terra, padre José Amaro de Souza, e de Laudir José Witaker, líder dos produtores rurais da Serra do Meio. Witaker contou que na região as terras não têm dono, que os títulos de grilagem, envolvendo aproximadamente 3 mil hectares, são vendidos ao preço médio de R\$ 50

mil e que na região existiriam muitos “Bidas”, referência a um dos fazendeiros considerados mandantes do crime.

Em sessão reservada na Câmara de Vereadores de Anapu, a comissão ouviu o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, Francisco dos Santos Souza.

David Stang, que se encontra no Pará acompanhando as investigações, disse aos integrantes da comissão que a sua irmã estava feliz por morar no país e que a família não acusa o povo brasileiro pelo assassinato.

Ana Júlia Carepa está convencida de que a Polícia Civil não tentou impedir a morte de Dorothy Stang. Demostenes entende que a polícia deve continuar a investigar a possibilidade de existirem outros mandantes do crime. Também participaram das audiências os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Roosevelt Pinheiro

**PERPLEXIDADE** Lúcia Vânia: morte de missionária revela situação “fora de controle”

## Lúcia Vânia aponta aumento da violência rural

Com base em dados publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) assinalou que, nos dois primeiros anos do governo Lula, os assassinatos decorrentes de conflitos fundiários aumentaram 31% em relação aos três últimos anos do governo Fernando Henrique. Para ela, esses números deixam os brasileiros assustados e perplexos.

Citando a Ouvidoria Agrária Nacional, ela disse que o governo Lula é recordista em invasões: 22,8 ações por mês.

– A morte da missionária Dorothy Stang mostrou que a situação está fora de controle. Foi preciso esse assassinato para que o governo federal enxergasse o tamanho exato da violência no campo.

## Juvêncio condena abandono de índios

Nos últimos 14 meses, a cada dez dias, morreu de subnutrição uma criança indígena em Mato Grosso do Sul, média superada na semana passada, com três óbitos. As informações são do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa, que ontem subiu à tribuna para denunciar “a situação de abandono” da população indígena, sobretudo as crianças, que estariam morrendo de fome em seu estado.

Para o senador, são falsas as avaliações de que o drama dos índios esteja vinculado a questões apenas culturais ou mesmo territoriais. “As mortes são o resultado da negligência e do abandono”, afirmou.

Juvêncio criticou ainda aqueles que vêem a realidade dos índios de forma “filosófica”, sem enfrentar a realidade das aldeias.

– As ONGs abraçam a causa apenas filosoficamente e muita gente ganha com isso – denunciou.

Com base em matérias de jornais, o senador mostrou que aldeias estão sofrendo com a falta de água. Na região de Dourados, elas estariam se abastecendo em açude das imediações do lixão da cidade.

No Hospital da Missão Caiowás, em Dourados, disse Juvêncio, 30 crianças estão internadas com desnutrição.

O senador criticou a ação de instituições como Funai, Funasa e o Fome Zero.

– Cadê os programas do governo federal? Eles só podem atender clientelas eleitorais? É importante que também se voltem para a clientela indígena – defendeu Juvêncio, aparteado ao longo de seu discurso pelos senadores Marcelo Crivella (PL-RJ), Papaléo Paes (PMDB-AP) e Mão Santa (PMDB-PI).

### Audiência

A comissão, informou Juvêncio da Fonseca, realizará amanhã, às 9h30, audiência pública para discutir as mortes das crianças indígenas da região de Dourados.



Roosevelt Pinheiro

**COBRANÇA** Juvêncio reclama atenção de programas federais para aldeias indígenas do seu estado

## Tião Viana relata as iniciativas do governo

O senador Tião Viana (PT-AC) comunicou ontem ao Plenário as providências que o governo Lula está tomando para combater o problema da mortalidade indígena.

– Não é uma simples morte de sete, oito crianças pela fome. É uma realidade que impõe um constrangimento à nação e uma ação imediata das autoridades, para que nós possamos mudar esses indicadores intoleráveis – declarou o senador.

De acordo com Tião Viana, em 1999, morriam 112 crianças indígenas a cada mil que nasciam, antes de completar um ano de idade. Hoje, o número caiu para 46. Em relação ao que está ocorrendo em Mato Grosso do Sul, ele afirmou que o governo está dando sua resposta.



Roosevelt Pinheiro

**COMPROMISSO** Para Tião Viana, é preciso assegurar sobrevivência e dignidade aos índios

O senador informou que em fevereiro de 2005 o programa Bolsa-Família foi estendido à população indígena de Dourados (MS), atendendo a 512 famílias cadastradas. Anunciou também que existe um compromisso de ampliar essa cobertura para 1.200 famílias até junho. O programa Fome Zero também teria sido implantado na região.

Além disso, houve uma transferência do distrito sanitário indígena para Dourados, de modo que as ações da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) fossem colocadas no pólo de inquietação.

Segundo Tião Viana, parcerias diversas foram implantadas, além de ações envolvendo vários ministérios. Ele destacou como ponto fundamental a demarcação das terras indígenas. E assinalou a criação do Centro de Reabilitação Nutricional, chamado Missão Caiowá, de Dourados, que vem obtendo bons resultados na redução da mortalidade infantil.

– As medidas técnicas foram tomadas. Acho que agora é hora de uma intervenção política e social que corresponda de fato à expectativa daquela população. Temos que assegurar sua sobrevivência e dignidade.

## Projeto impõe mais restrições à propaganda de alimentos

Projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe destaque promocional das características nutritivas dos alimentos nas embalagens e nos veículos de divulgação deverá ser votado amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo da proposição, explica o autor, é contribuir para práticas alimentares saudáveis e o combate à obesidade infantil.

– Quem nunca observou uma criança pequena beber uma famosa bebida achocolatada com a convicção de estar ficando mais forte e poderosa? Da mesma forma, muitas crianças acabam ingerindo várias unidades de determinado alimento *vitaminado* ou *energético* pensando estarem fazendo algo que é bom para elas. Infelizmente, algumas delas estão, na verdade, abrindo um caminho precoce para a obesidade – justificou.

O projeto (PLS 26/03) altera a legislação que já impõe restrições às declarações superlativas da qualidade dos alimentos. A matéria será examinada ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). Na CCJ, tem parecer favorável de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Entre os itens com decisão terminativa, consta da pauta da Comissão de Justiça projeto (PLS 207/99) de Romero Jucá (PMDB-RR) determinando que o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, deverá divulgar na Internet a entrega das cotas referentes aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Outro projeto terminativo na CCJ é o de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que altera o Código de Trânsito Brasileiro para assegurar a concessão de bônus a condutores que não cometerem infrações de trânsito por três anos consecutivos.

# Senado instala hoje a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

■ Sérgio Guerra afirma que novo colegiado vai contribuir para adoção da política agrícola de que o país necessita

O foco desenvolvimentista vai direcionar os trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que será instalada hoje, após seis anos de tramitação no Senado do projeto de resolução que estabelecia sua criação. Na verdade, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor do PRS 26/99, vinha brigando há mais de 14 anos pela criação da comissão, que tratará de assuntos que eram discutidos no “terceiro porão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)”, conforme classificação do parlamentar. “Parecia que o tema não tinha importância”, disse o senador gaúcho.

A importância do novo órgão é constatada pelos números do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. O agronegócio responde por 33% do produto interno bruto (PIB), 37% dos empregos brasileiros e 42% das exportações totais. Somente no ano passado foram



**PERSISTÊNCIA** Órgão é resultante de projeto de Simon, que há 14 anos vinha lutando pela sua criação

exportados US\$ 36 bilhões. A safra do biênio 2003/2004 obteve o recorde de 123,2 milhões de toneladas.

Os percentuais são ainda maiores quando é incluída a pecuária. Em Mato Grosso do Sul existem 25 milhões de cabeças, quase a mesma quantidade de gado da Austrália, um dos maiores exportadores de carne bovina no mundo.

### Entraves à produção

Com 17 titulares e o mesmo número de suplentes, a CRA será presidida pelo pernambucano Sérgio Guerra (PSDB-PE), que pretende, inicialmente, levantar as vantagens e dificuldades do sistema de produção agroindustrial no país.

## Órgão debaterá invasões e violência no campo

Agronegócio e reforma agrária não são excludentes, garante o futuro presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra. Invasões e conflitos violentos são preocupações a serem pautadas pela comissão.

– Sabemos que em certas áreas do país não cabe agricultura em grande escala e que aí pode-se trabalhar a reforma agrária e a agricultura familiar – afirmou, acrescentando que algumas regiões do Nordeste e áreas periféricas das grandes cidades podem ser mais bem

aproveitadas para a agricultura familiar.

Na opinião de Sérgio Guerra, há um enorme desajuste com relação à questão fundiária.

– Esse é um problema mal resolvido, porque o governo não conseguiu estabelecer o seu padrão: está atrapalhado entre o discurso e a governabilidade.

O senador Pedro Simon também aposta em mais espaço para a agricultura familiar.

– Infelizmente, no Congresso as questões da grande propriedade, que forma, inclusive, grande parte da chamada ban-



– Vamos localizar os gargalos que impedem o crescimento e a expansão dessa atividade no Brasil – garante o senador. Para ele, a criação da CRA contribuirá para a definição de uma política agrícola, “até então inexistente”.

O presidente do colegiado aponta problemas de caráter conjuntural e estrutural como pontos de análise. O preço das *commodities*, o aumento dos juros, as variações cambiais – que encarecem as importações e barateiam as exportações –, a ampla perturbação do cenário fundiário e da reforma agrária compõem, segundo ele, as macroproblemas.

Segundo Sérgio Guerra, “defende-se a forte necessidade de mais investimentos e infraestrutura para o agronegócio,

com vistas a eliminar pontos de estrangulamento e favorecer a expansão do setor produtivo.

### Parceria

Em outra frente, a Comissão de Agricultura procurará estabelecer relações “mais responsáveis” em questões como reforma agrária e meio ambiente, explicou.

A CRA manterá estreita relação com as Comissões de Desenvolvimento Regional (CDR), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– O presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), já sinalizou para a discussão e intervenção de temas de política econômica, o que nos vincula aos problemas de contenciosos agrícolas – exemplificou Sérgio Guerra.



**DETERMINAÇÃO** Sérgio Guerra defende mais atenção do governo para com a agricultura familiar

biênio 2003/2004, mas foram contempladas 117,5 mil, segundo dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

## Infra-Estrutura vota projeto que estende horário de verão a todo o país

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar hoje, a partir das 14h30, sete projetos, entre eles o de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) determinando que, quando utilizado o horário de verão, este vigore em todo o território

nacional. Ele argumenta que, se o Executivo pretende adotar medidas para a economia de energia, que o faça em todo o país.

– É importante ressaltar que a adoção de um horário de verão para todo o território não traria prejuízos financeiros, nem

tampouco acréscimo no consumo de energia – justifica o senador. A matéria (PLS 530/03) tem caráter terminativo e, caso seja aprovada na comissão, irá diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para exame da proposta pelo Plenário do Senado.

Também será votado o PLS 101/04, de Marcelo Crivella (PL-RJ), que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás. Outro projeto na pauta da comissão é o PLS 264/04, de Augusto Botelho (PDT-RR), que condiciona a pavimentação das vias urbanas à implantação das

redes de infra-estrutura urbana básica.

– A precariedade da infraestrutura de saneamento é um dos problemas mais graves do país. Ela é o principal fator de disseminação de doenças infectocontagiosas – sustenta Augusto Botelho.



**PROCESSO** Para Alvaro Dias, caso não esclareça acusações, Lula vai responder por prevaricação

## Alvaro: parece que presidente tem medo de enfrentar FHC

Ao informar o Plenário de que o PSDB entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com interpelação judicial contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ele ter afirmado que omitiu informações sobre suposta corrupção no governo de Fernando Henrique Cardoso, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que Lula parece demonstrar fixação no ex-presidente. Para o parlamentar, o chefe do governo dá mostras de que tem medo de enfrentar Fernando Henrique nas urnas, apesar de este reiterar que não será candidato.

– O presidente vai ter de responder por crime de prevaricação, caso não esclareça suas acusações – afirmou.

Alvaro Dias lembrou que recentemente Lula também qualificou a gestão do seu antecessor de “negligente” e “antinacional”, sem apresentar as causas de sua acusação.

Para ele, não é a primeira vez que há cumplicidade com a corrupção no governo petista. Os governistas, acrescentou, abafaram a comissão parlamentar de inquérito que iria investigar o caso Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Em aparte, recebeu apoio de Mão Santa (PMDB-PI).

# Crivella quer avaliação do programa de privatizações

■ Além de apurar falhas na venda de estatais, comissão do Executivo teria incumbência de sugerir punições

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) sugeriu ontem ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que crie uma comissão para avaliar as privatizações promovidas pelo governo federal desde 1991. Pela proposta, feita em Plenário, a comissão teria seis meses para fazer uma “avaliação abrangente” de todos os aspectos do processo, iniciado no governo Fernando Collor.

Crivella explicou que a comissão deve ter poderes para requisitar dos órgãos públicos informações que considerar relevantes, assim como colher depoimentos de funcionários da administração direta e indi-



**PROPOSTA** Crivella sugere criação de órgão no Executivo para examinar venda de estatais a partir de 1991

reta. Além de apontar eventuais falhas constatadas no processo, a comissão teria a incumbência de indicar punições.

O senador disse que aproximadamente US\$ 90 bilhões, ou R\$ 270 bilhões, foram arrecadados com as privatizações desde aquele ano, enquanto, no mesmo período, a dívida interna passou de R\$ 300 bilhões

para cerca de R\$ 1 trilhão. Ele afirmou que a nação quer saber para onde foram R\$ 970 bilhões – soma do valor obtido com as privatizações e do aumento da dívida. Lembrou que a carga tributária aumentou, no período, de 27% para 37% do produto interno bruto (PIB).

Para Crivella, a comissão deixaria claro que nem o ex-presidente Fernando Henrique tem nada a esconder, nem Lula tem intenção de acobertar qualquer denúncia, interpretações decorrentes de um discurso seu, na semana passada.

O parlamentar criticou o Congresso por não ter determinado a pulverização de ações na privatização, resultando no surgimento de monopólios, como no setor de siderurgia. Também lamentou que os parlamentares tenham permitido que as tarifas continuassem indexadas, o que, para ele, é o que mais pressiona a inflação.



**DEDUÇÃO** Segundo Almeida Lima, se o que foi dito é verdade, houve crime contra a administração

## Almeida Lima vê no episódio mentira ou prevaricação

“Ou o presidente mentiu, e, assim fazendo, o fez para agredir um adversário, ou ele prevaricou.” A opinião foi emitida pelo senador Almeida Lima (PSDB-SE), ao comentar o episódio em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que, para proteger a imagem do país, abafou a divulgação de informações sobre suposta corrupção no processo de privatização no governo Fernando Henrique.

Para o senador por Sergipe, se o presidente da República falou mesmo a verdade, cometeu crime contra a administração.

– A verdade é que foi exteriorizado o comportamento do presidente; foi exposto aquilo que ele pratica. Se contra um adversário ele determinou que seu subordinado se calasse, com o Zé Dirceu e o Waldomiro, Lula determinou o quê? Quais foram suas determinações?

Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), propôs que a base governista concorde em instalar uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o caso Waldomiro. Com isso, ao mesmo tempo, a oposição vai fornecer as assinaturas necessárias para criar uma CPI que investigue o processo de privatização ocorrido no governo Fernando Henrique, disse.

## Agripino diz que oposição vai representar contra Lula

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), anunciou ontem que seu partido, o PSDB, e o PDT vão representar criminalmente junto ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por prevaricação no episódio em que teria pedido ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que ocultasse casos de corrupção no órgão, em governos anteriores.

– É preciso que se apure se houve dolo, que se descubra por que o presidente disse o que disse, se foi leviano ou buscou acobertar corrupção, se houve prejuízo ao interesse

público.

Para Agripino, ou Lula foi leviano e mentiu em seu discurso pronunciado na semana passada no Espírito Santo, ou pediu ao ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, que cometesse um crime, que ocultasse corrupção. Neste caso, observou, o presidente da República teria cometido crime. O parlamentar afirmou que age em nome do interesse público, e que seu partido faz uma oposição responsável.

– Não temos feito uma oposição raivosa, mas uma oposição firme, em nome do interesse nacional. Ajudamos a aprovar as reformas que consideramos de interesse público, do país,



**TIPIFICAÇÃO** José Agripino afirma que é preciso apurar se houve dolo da parte do chefe do Executivo

mas temos que ser firmes em episódios como o do Waldomiro Diniz, que cometeu crime no coração do governo; temos que ser contrários, quando o governo resolver exorbitar na tributação dos que produzem, os agricultores; enfim, não fazemos oposição pela oposição – assinalou o senador.



**CONSELHO** Paim: eu diria que nunca deixe de se comunicar com o povo de forma direta, como só ele sabe fazer

## Paim aponta campanha para cercear facilidade de comunicação

Ao considerar exagerada a repercussão em torno das declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que, ao assumir o governo, teve conhecimento de corrupção na administração anterior e não tomou providências por achar que o fato atingiria a imagem do país, Paulo Paim (PT-RS) apontou o que seria uma campanha para

que o presidente deixe de falar de improviso.

– Sinto que há uma certa orquestração para que o presidente Lula diminua a forma fácil como se comunica com a população. Se eu tivesse que dar um conselho a ele, diria que nunca deixe de se comunicar da forma direta como, no meu entendimento, somente ele

sabe fazer.

Para o senador, no pronunciamento feito em Jaguaré (ES), o presidente teria dito aos políticos presentes que, em vez de se apegarem ao passado, devem pensar no país, e não somente nos interesses partidários, e sugeriu ainda que o BNDES fosse encarado como uma grande instituição.

Outro assunto abordado por Paim foi a passagem do Dia Nacional do Livro Didático, no último domingo. Ele elogiou o trabalho do Ministério da Educação na área e destacou a implantação, pelo governo, de uma proposta sua que inicialmente foi arquivada e depois reapresentada em outra legislação por alguns deputados.



**INVESTIGAÇÃO** Segundo Virgílio, partido quer evitar "que se consiga abafar manifestações de indignação"

## Virgílio: PSDB exige retratação e esclarecimento

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que seu partido ingressou ontem com requerimento no Supremo Tribunal Federal para que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se retrate e esclareça as declarações sobre a existência de corrupção no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele informou ainda que o PSDB vai pedir ao Ministério Público da União a realização de uma ampla investigação sobre esse episódio.

– Isso tudo para que não haja a menor possibilidade de que

se consiga abafar as manifestações feitas em nome de uma nação que está profundamente perplexa e indignada – disse.

O senador também comentou nota divulgada na tarde de ontem pelo presidente do PT, José Genoíno, em que este afirma que setores da oposição tentaram criar um clima de instabilidade.

– O presidente Lula ter supostamente prevaricado e mentido não desestabiliza nada. O que desestabilizaria seria o comportamento normal exigindo que esse episódio não passe em branco – ironizou.

O líder do PSDB informou que seu partido apoiará e assinará o requerimento conjunto do PFL e PDT de interpelação judicial do presidente sobre esse episódio.

– Nós corremos o risco de ver o presidente da República se tornar irrelevante; um mero relações-públicas do seu próprio governo; um mero passeador pelo país; um mero representante de um governo que ele não lidera – disse Virgílio.

Em defesa de Lula, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) argumentou que o presidente é um brasileiro que se expressa de maneira aberta, sem defesa. “A intenção da alma talvez fale mais do que as palavras”, enfatizou Crivella.

## Antonio Carlos quer a saída do ministro da Saúde

A exoneração de um auxiliar do ministro da Saúde, Humberto Costa, por ter reclamado contra a falta de medicamentos para tratamento da Aids, levou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a pedir a saída do ministro. Conforme afirmou, a manutenção de Humberto Costa suscitaria a convivência do presidente da República com a situação.

– Talvez nunca tenha existido ministro da Saúde tão incompetente – disparou.

O senador lamentou que, “após um período marcado pela eficiência do ex-ministro José Serra”, agora falte medicamento para o combate à Aids e que o responsável pelo setor tenha sido demitido.

Antonio Carlos propôs que o Congresso investigue o Ministério da Saúde e entregue os resultados apurados ao presidente da República.

– Se ele não agir é porque é



**PROBLEMAS** Antonio Carlos critica a atuação do ministro e a falta de medicamentos para combate à Aids

conivente. Se ele agir é porque foi enganado – sentenciou.

Referindo-se à reforma ministerial anunciada pelo governo, ACM declarou que não acredita em sua eficácia.

### Homenagem

Antonio Carlos solicitou a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo do professor Miguel Reale sobre a reforma universitária. O senador informou que vai propor à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania uma homenagem a Reale e foi apoiado por Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), que, na presidência dos trabalhos, disse que a Mesa endossava a proposta.



**DISCUSSÕES** Renan Calheiros e José Sarney participaram ontem de reunião convocada pelo presidente Lula

# Reforma ministerial deve ser agilizada esta semana

**Presidente Lula pretende conversar com base aliada a partir de quinta-feira, informa Renan**

Quando voltar de viagem ao Uruguai, nesta quinta-feira, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende conversar com os partidos aliados para agilizar a reforma ministerial. A notícia foi dada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após reunião convocada por Lula, que contou ainda com a presença do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), do ministro da Coordenação Polí-

tica e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, e do senador José Sarney (PMDB-AP).

– Não comentamos nomes nem cenários. O presidente nos disse que pretende aguardar a definição do novo líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Tenho trabalhado para aproximar o PMDB. Seria bom que respondêssemos a esse momento com a unidade do partido, mas a verdade é que não temos conseguido – informou Renan Calheiros.

Em relação aos processos derivados das afirmações de Lula sobre a existência de corrupção no governo anterior, Renan afirmou que o presidente não entende a “radicalidade” com que o assunto está sendo trata-

do e a tentativa de “desdobrar uma declaração dessa numa crise irrelevante”.

O presidente do Senado enfatizou também a disposição do presidente de não querer precipitar a campanha eleitoral de 2006 e de que quer ajudar na reforma política.

– Aqui no Senado, vamos conciliar a tramitação dos requerimentos de convocação de autoridades (para explicar as declarações do presidente Lula) com os demais requerimentos – adiantou.

Renan disse que defendeu a criação de um modelo de relação política entre os partidos, o Congresso e o governo.

– Não pedimos troca de ministro – assinalou ele.

## Garibaldi pede determinação para mudar prática política

Em pronunciamento ontem, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que a reforma política deve ser feita ainda neste semestre e não pode se restringir a um ajuste da legislação eleitoral e partidária ou às eventuais circunstâncias do momento.

– A reforma política deve ser feita com tal determinação que signifique uma verdadeira convocação nacional pela mudança radical de nossas práticas políticas – defendeu ele.

Ao discursar sobre a representação popular, Garibaldi ressaltou a importância do poder econômico no exercício da democracia.

– As contingências econômicas deturpam a manifestação

eleitoral do povo e, muitas vezes, amesquinham o exercício da representação de que nós parlamentares somos investidos. O sufrágio universal estabelece que o voto tem igual valor para todos, mas o voto é mais livre para aquele que tem liberdade para se manter e à sua família com os seus próprios recursos. Em contrapartida, é muito pouco livre para aquele que depende de tudo e de todos para viver – afirmou.

Para Garibaldi Alves, as reformas que vêm sendo implantadas não têm tido o poder de alterar a vida nacional, principalmente no que tange ao campo político. Segundo o senador, é urgente intervir nos guetos de pobreza e violência.



**AMPLITUDE** Reforma política não deve estar restrita a ajustes na Lei Eleitoral, resalta Garibaldi

Ele tratou ainda da criação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), lembrando a importância da discussão de temas como o desenvolvimento sustentável da Amazônia e a transposição das águas do rio São Francisco.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou a “alta capacidade” e o “tino político” de Garibaldi Alves.



**COBRANÇA** Um pecuarista que produz 75 litros de leite por dia deverá pagar imposto, explica Tebet

## Tebet: medida resultará em mais tributos para o agronegócio

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) conclamou os parlamentares a se unirem contra a Medida Provisória (MP) 232/04, que reajustou em 10% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e elevou para 40% da receita bruta mensal a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para prestadoras de serviços. A edição da MP "é um ato de frieza", na opinião de Tebet, que destacou a repercussão negativa que a matéria trará também para os produtores rurais.

Para o senador, a medida "pegou em cheio o agronegócio". Na prática, explicou ele, para os produtores rurais, a cobrança antecipada do IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em vez de tributar a renda, passa a tributar o faturamento. De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), disse Tebet, o produtor rural pessoa física passará a pagar 1,5% do IR e o produtor pessoa jurídica pagará, além do IR, 1% de CSLL, totalizando 2,5% de tributos recolhidos.

Segundo o senador, com a MP 232, até os que estão isentos do IR terão que esperar pela restituição. Um criador de gado que produza pouco mais de 75 litros de leite por dia terá que pagar IR, exemplificou.

Ele argumentou que a medida chega no momento em que o setor está prejudicado por fatores externos, como o aumento no custo dos insumos e a queda dos preços das principais *commodities*.

Tebet recebeu apertes dos senadores Mão Santa (PMDB-PI), Pedro Simon (PMDB-RS) e Tião Viana (PT-AC).

# Afif Domingos analisa efeito da MP dos impostos

■ Presidente da Associação Comercial de SP fala amanhã em audiência na comissão que examina a medida

A Comissão Mista da Medida Provisória (MP) 232/04 promove amanhã, às 14 horas, audiência pública com o presidente da Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP), Guilherme Afif Domingos. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não marcou ainda a data de conclusão do parecer sobre a MP. O vice-presidente da comissão, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse que é essencial o debate sobre a



**EXAME** Relator da matéria, Jucá informa que ainda não tem data para conclusão do parecer

matéria, que afeta atividades essenciais da economia. O colegiado é presidido pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

A MP 232/04 altera a legis-

lação tributária, aumentando impostos para empresas, produtores rurais e prestadoras de serviços. É a medida provisória mais polêmica em tramitação no Congresso e que encontra resistência por parte de representantes dos meios empresariais e de parlamentares de vários partidos.

Editada pelo Executivo no fim de 2004, a MP reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), mas eleva de 32% para 40% a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as empresas prestadoras de serviços enquadradas no regime de lucro presumido. Afif Domingos deverá manifestar a posição da sua categoria empresarial sobre o assunto.

## "Colocaram um cabresto na economia", diz Flexa Ribeiro

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou duramente o aumento da taxa de juros e a Medida Provisória (MP) 232, que aumenta a cobrança de impostos sobre as pequenas empresas prestadoras de serviços, afirmando que o governo conseguiu unir o país "contra duas de suas mais nefastas iniciativas".

– Nem mesmo o recuo da inflação, no primeiro mês do ano, e a forte queda da moeda norte-americana foram capazes de domar a obsessão do Comitê de Política Monetária. Parece que a esses senhores pouco importa se as taxas estratosféricas desestimulam o investimento de que tanto necessitamos para enveredar o país em um círculo virtuoso, gerador de riqueza, emprego e renda, redutores naturais da galopante e secular injustiça social brasileira – protestou o senador pelo Pará.

Flexa Ribeiro lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o governo com a taxa de juros a 25% ao ano, "decorrência direta das inquietações do mercado com a sua eleição", e, um mês depois, os juros chegaram a 26,5%, mantendo-se nesse patamar por quatro meses.

– Não é preciso argúcia ou sofisticação analítica para perceber que, então, o presidente Lula e seus comandados precisavam comprar credibilidade junto ao mercado e à sociedade. Optaram pela vereda dos juros crescentes, colocando o cabresto na economia – disse.



**CRÍTICA** Flexa Ribeiro: "Nem recuo da inflação conseguiu domar o Copom"

## Mão Santa: o povo já não agüenta tantos impostos

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem, em pronunciamento, que o PT o entristece porque tem se especializado em aumentar os impostos de tal forma que o povo até já apelidou o presidente da República de "Luiz Imposto Lula da Silva". Conforme o parlamentar, o mínimo que o povo espera é a devolução desses impostos pagos em segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

– Nós não temos segurança. Não temos nada. O povo quer devolução por meio de uma melhor educação, melhor saúde. Falta o governo se convencer de que precisa retribuir ao contribuinte com mais e melhores serviços – disse.

De acordo com Mão Santa, o povo já não agüenta mais tantos impostos. São até agora, segundo ele, 16 tarifas criadas no governo Lula, além das Medidas Provisórias 232, que aumenta a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda para diversos setores; e a 233, que cria a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic).

O senador pelo Piauí criticou também a falta de independência entre os Poderes da República, que deveriam ficar "cada um na sua, ou seja, o Legislativo fazendo leis, o Judiciário as guardando e o Executivo fazendo obras".

– Os Poderes têm que ser independentes, equitativos, iguais. Jamais um se imiscuir no outro – concluiu o parlamentar.



**ATENDEMENTO** "É preciso retribuir com melhores serviços", observa Mão Santa



**REQUERIMENTO** Presidente da CMA, Quintanilha propõe a realização de audiência pública

## Comissão discute defesa do consumidor

Sob a presidência do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne hoje para examinar cinco matérias, entre elas requerimento para realização de audiência para discutir uma nova atribuição do colegiado – a defesa dos direitos do consumidor.

Será votada solicitação apresentada pelo próprio Quintanilha, com a finalidade de convocar as seguintes autoridades para debater o assunto: Ricardo Morishita, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça; Oswaldo Moraes, diretor-geral do Procon de Brasília; e Sevirfredo Paz, coordenador executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

### TCU

A comissão também deve votar hoje requerimento pedindo ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre tomadas de contas especiais no município de Bacabal (MA), em razão de investigações realizadas sobre a aplicação, pela prefeitura daquela cidade, de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

O requerimento endereçado ao TCU é de autoria dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e João Alberto Souza (PMDB-MA). A reunião da CMA será às 11h30, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.